



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CANIL CENTRAL - SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11370832/2019-SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF

Processo nº 08200.020039/2018-36

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)

POLÍCIA FEDERAL

PREGÃO Nº/2019

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos Serviços Médicos Veterinários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

TABELA A

Clínica Médica e Cardiologia Veterinária - Cirurgia em Tecidos Moles							
GRUPO	ITEM	PROCEDIMENTO/EXAME	CATSER	PADRÃO DE UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
GRUPO 01	1	Ablação do conduto auditivo.	*	unid.	1	2.750,00	2.750,00
	2	Administração de alimentação parenteral.	*	unid.	3	150,00	450,00
	3	Aeração do conduto auditivo.	*	unid.	1	600,00	600,00
	4	Aferição de pressão arterial.	*	unid.	3	49,33	148,00
	5	Anastomose vascular intratorácica.	*	unid.	1	1.950,00	1.950,00
	6	Anestesia - epidural.	*	unid.	3	310,00	930,00
	7	Anestesia - geral inalatória (unidade).	*	unid.	20	521,11	10.422,22
	8	Anestesia - geral injetável.	*	unid.	5	333,80	1.669,00
	9	Anestesia - local infiltrativa.	*	unid.	3	99,17	297,50
	10	Anestesia - bloqueio anestésico.	*	unid.	4	140,95	563,81

11	Anestesia - sedação.	*	unid.	4	168,57	674,29
12	Aplicação convenia.	*	ml	12	176,67	2.120,00
13	Atestado sanitário.	*	unid.	6	127,82	766,92
14	Auxílio ao parto natural diurno.	*	unid.	3	356,25	1.068,75
15	Auxílio ao parto natural noturno.	*	unid.	3	516,67	1.550,00
16	Cesariana com ovário-histerectomia.	*	unid.	2	1.533,33	3.066,67
17	Cesariana.	*	unid.	2	1.922,17	3.844,33
18	Cistectomia parcial.	*	unid.	1	1.333,33	1.333,33
19	Cistocentese.	*	unid.	1	45,00	45,00
20	Cistotomia.	*	unid.	1	1.350,00	1.350,00
21	Coleta de líquido para exames laboratoriais.	*	unid.	2	250,00	500,00
22	Coleta de material para exame.	*	unid.	10	22,50	225,00
23	Colheita de sangue para bolsa de transfusão (com material).	*	unid.	1	200,00	200,00
24	Colheita de semen.	*	unid.	5	172,50	862,50
25	Colocefalectomia canino grande.	*	unid.	1	1.766,67	1.766,67
26	Conchectomia terapêutica.	*	unid.	1	733,33	733,33
27	Consulta clínico geral.	*	unid.	30	148,99	4.469,63
28	Consulta emergência.	*	unid.	12	190,01	2.280,12
29	Consulta especialista.	*	unid.	12	223,57	2.682,86
30	Consulta clínico geral no SECAN.	*	unid.	6	203,33	1.220,00
31	Correção de fimose.	*	unid.	1	675,00	675,00
32	Correção de fistula perianal.	*	unid.	1	550,00	550,00

33	Correção de fístula retal.	*	unid.	1	700,00	700,00
34	Correção de higroma cirúrgico.	*	unid.	2	650,00	1.300,00
35	Correção de higroma drenagem.	*	unid.	2	166,67	333,33
36	Curativo complexo.	*	unid.	10	150,00	1.500,00
37	Curativo simples.	*	unid.	10	49,00	490,00
38	Desobstrução esofágica ambulatorial.	*	unid.	1	125,00	125,00
39	Desobstrução uretral com sonda.	*	unid.	1	86,67	86,67
40	Diálise peritoneal.	*	unid.	1	600,00	600,00
41	Diária de internação A / repouso.	*	unid.	30	269,50	8.085,00
42	Diária de internação B / semi intensiva.	*	unid.	20	313,78	6.275,56
43	Diária de internação C / intensiva.	*	unid.	20	332,00	6.640,00
44	Diária de internação infectocontagiosas.	*	unid.	20	315,50	6.310,00
45	Drenagem de abscesso.	*	unid.	2	126,67	253,33
46	Drenagem de cisto prostático.	*	unid.	1	700,00	700,00
47	Drenagem de hematoma.	*	unid.	2	250,00	500,00
48	Drenagem de líquido ascítico - paracentese.	*	unid.	1	192,92	192,92
49	Dreno torácico.	*	unid.	1	332,50	332,50
50	Ecocardiograma com dopler e laudo.	*	unid.	12	245,60	2.947,20
51	Eletrocardiograma com laudo.	*	unid.	30	173,64	5.209,09
52	Enterectomia.	*	unid.	2	2.175,00	4.350,00
53	Enterotomia.	*	unid.	2	1.897,22	3.794,44
54	Esofagostomia cervical.	*	unid.	1	700,00	700,00
55	Esofagostomia torácica.	*	unid.	1	1.450,00	1.450,00

56	Esplenectomia.	*	unid.	1	2.137,78	2.137,78
57	Eutanásia hospitalar com medicação.	*	unid.	2	502,86	1.005,71
58	Exérese de divertículo retal.	*	unid.	1	1.300,00	1.300,00
59	Exérese de fístula oro nasal.	*	unid.	1	783,33	783,33
60	Exérese de hiperplasia vaginal.	*	unid.	1	633,33	633,33
61	Exérese de papiloma oral.	*	unid.	1	575,00	575,00
62	Exérese glândula para anal.	*	unid.	1	775,00	775,00
63	Faringostomia.	*	unid.	1	750,00	750,00
64	Fenda palatina cirurgica.	*	unid.	1	866,67	866,67
65	Fenda palatina com implante.	*	unid.	1	800,00	800,00
66	Fimose.	*	unid.	1	666,67	666,67
67	Fluidoterapia hidratante.	*	unid.	50	165,70	8.285,00
68	Fluidoterapia subcutânea.	*	unid.	20	105,00	2.100,00
69	Funeral (incineração acima de 20 kg).	*	unid.	5	415,54	2.077,71
70	Funeral (incineração até 10 kg).	*	unid.	5	200,00	1.000,00
71	Gastrectomia parcial.	*	unid.	1	1.300,00	1.300,00
72	Gastropexia.	*	unid.	1	1.480,00	1.480,00
73	Gastrotomia.	*	unid.	1	1.897,22	1.897,22
74	Glossectomia parcial.	*	unid.	1	715,00	715,00
75	Herniorrafia diafragmática.	*	unid.	1	2.076,00	2.076,00
76	Herniorrafia escrotal unilateral.	*	unid.	1	833,33	833,33
77	Herniorrafia inguinal unilateral.	*	unid.	1	1.350,00	1.350,00
78	Herniorrafia perineal unilateral.	*	unid.	1	1.237,50	1.237,50

79	Herniorrafia umbilical.	*	unid.	1	1.056,67	1.056,67
80	Higiene do canal auditivo.	*	unid.	10	48,75	487,50
81	Holter.	*	unid.	2	440,00	880,00
82	Inseminação artificial no SECAN por pacote (citologias, coletas, aplicações).	*	unid.	3	1.366,67	4.100,00
83	Laparocentese.	*	unid.	1	200,00	200,00
84	Laparotomia exploratória.	*	unid.	1	1.266,67	1.266,67
85	Lavagem gástrica.	*	unid.	2	444,00	888,00
86	Lavagem intestinal (enema).	*	unid.	2	250,00	500,00
87	Lavagem vesical.	*	unid.	2	193,33	386,67
88	Limpeza da glândula paranal.	*	unid.	1	183,33	183,33
89	Lobectomia pulmonar.	*	unid.	1	1.900,00	1.900,00
90	Medicação endovenosa com aplicação.	*	unid.	100	79,56	7.956,25
91	Medicação intramuscular com aplicação.	*	unid.	40	60,00	2.400,00
92	Medicação oral com aplicação.	*	unid.	20	25,00	500,00
93	Medicação subcutânea com aplicação.	*	unid.	60	48,75	2.925,00
94	Medicação tópica com aplicação.	*	unid.	20	22,00	440,00
95	Microchip.	*	unid.	20	166,25	3.325,00
96	Mucocele parotidal.	*	unid.	1	675,00	675,00
97	Mucocele sublingual.	*	unid.	1	575,00	575,00
98	Mucocele submandibular.	*	unid.	1	1.000,00	1.000,00
99	Mucocele zigomática.	*	unid.	1	1.050,00	1.050,00
100	Nefrectomia.	*	unid.	1	1.805,33	1.805,33
101	Nefrotomia.	*	unid.	1	1.566,67	1.566,67

102	Orquiectomia eletiva.	*	unid.	4	721,43	2.885,71
103	Orquiectomia terapêutica.	*	unid.	4	800,00	3.200,00
104	OSH com Piometra.	*	unid.	2	1.900,71	3.801,43
105	OSH eletiva.	*	unid.	4	1.488,33	5.953,33
106	Otohematoma unilateral cirúrgico.	*	unid.	2	721,25	1.442,50
107	Otohematoma unilateral drenagem.	*	unid.	2	549,38	1.098,75
108	Oxigênio.	*	hora	24	63,33	1.520,00
109	Parafimose.	*	unid.	1	350,00	350,00
110	Penectomia.	*	unid.	1	1.225,00	1.225,00
111	Pericardiectomia.	*	unid.	1	2.000,00	2.000,00
112	Pericardiocentese.	*	unid.	1	500,00	500,00
113	Persistência do arco aórtico direito.	*	unid.	1	2.250,00	2.250,00
114	Persistência do ducto arterioso.	*	unid.	1	2.250,00	2.250,00
115	Piloroplastia - piloromiotomia.	*	unid.	1	2.200,00	2.200,00
116	Plástica prepucial.	*	unid.	1	925,00	925,00
117	Plástica reconstitutiva da pele complexa.	*	unid.	2	1.600,00	3.200,00
118	Plástica reconstitutiva da pele simples.	*	unid.	2	1.050,00	2.100,00
119	Plicatura esofágica cervical.	*	unid.	1	1.000,00	1.000,00
120	Preparação para diálise peritonial com anestesia inalatória.	*	unid.	2	1.000,00	2.000,00
121	Prolapso de útero.	*	unid.	1	966,67	966,67
122	Prostatectomia parcial.	*	unid.	1	1.633,33	1.633,33
123	Prostatectomia total.	*	unid.	1	1.966,67	1.966,67
124	Punção de medula óssea.	*	unid.	2	200,00	400,00

125	Queiloplastia.	*	unid.	1	600,00	600,00
126	Reanimação tórax aberto.	*	unid.	1	1.650,00	1.650,00
127	Reanimação tórax fechado.	*	unid.	1	420,00	420,00
128	Reconstituição traqueal.	*	unid.	1	1.500,00	1.500,00
129	Redução de eviceração/eventração.	*	unid.	1	1.200,00	1.200,00
130	Redução de prolapso retal cirurgico.	*	unid.	1	1.275,00	1.275,00
131	Redução de prolapso retal não cirurgico.	*	unid.	1	450,00	450,00
132	Redução de prolapso uterino.	*	unid.	1	1.500,00	1.500,00
133	Redução de prolapso vaginal.	*	unid.	1	1.100,00	1.100,00
134	Remoção de cálculo vesical.	*	unid.	1	1.527,50	1.527,50
135	Remoção de cisto dermóide.	*	unid.	2	550,00	1.100,00
136	Remoção de miíase grande.	*	unid.	1	425,00	425,00
137	Remoção de miíase média.	*	unid.	1	390,00	390,00
138	Remoção de miíase pequena.	*	unid.	1	353,75	353,75
139	Remoção de verrugas.	*	unid.	2	333,33	666,67
140	Remoção dos sacos anais.	*	unid.	1	925,00	925,00
141	Ressecção do canal auditivo horizontal unilateral.	*	unid.	1	1.350,00	1.350,00
142	Ressecção do canal auditivo vertical unilateral.	*	unid.	1	1.100,00	1.100,00
143	Ressecção do palato mole.	*	unid.	1	1.350,00	1.350,00
144	Ressecção e anastomose do anel traqueal.	*	unid.	1	1.600,00	1.600,00
145	Retoplastia.	*	unid.	1	1.600,00	1.600,00
146	Saculectomia.	*	unid.	1	1.300,00	1.300,00
147	Solução coloidal.	*	unid.	12	110,00	1.320,00

148	Sonda esofágica.	*	unid.	1	350,00	350,00
149	Sonda naso-esofágica.	*	unid.	1	150,00	150,00
150	Sonda uretral.	*	unid.	1	237,50	237,50
151	Soro antiofídico (administração).	*	unid.	1	200,00	200,00
152	Sutura de pele complexa.	*	unid.	2	690,00	1.380,00
153	Sutura de pele simples.	*	unid.	2	334,14	668,29
154	Toracocentese.	*	unid.	1	275,00	275,00
155	Toracorrafia.	*	unid.	1	600,00	600,00
156	Toracotomia exploratória.	*	unid.	1	1.200,00	1.200,00
157	Torção gástrica com gastectomia.	*	unid.	1	2.301,33	2.301,33
158	Torção gástrica com gastropexia.	*	unid.	1	2.081,33	2.081,33
159	Transfusão de sangue com bolsa.	*	unid.	2	631,25	1.262,50
160	Transporte (SECAN - contratada / contratada - SECAN) por trecho.	*	unid.	5	70,00	350,00
161	Traqueostomia.	*	unid.	1	550,00	550,00
162	Traqueotomia.	*	unid.	1	766,67	766,67
163	Uniectomia terapêutica.	*	unid.	2	297,50	595,00
164	Uretrostomia.	*	unid.	1	1.533,33	1.533,33
165	Vacina leishmaniose com aplicação.	*	unid.	102	169,17	17.255,00
166	Vacina polivalente com aplicação.	*	unid.	102	77,92	7.947,46
167	Vacina Puppy (parvovirose e cinomose).	*	unid.	24	72,50	1.740,00
168	Vacina raiva com aplicação.	*	unid.	54	60,56	3.270,00
169	Vacina traquobronquite com aplicação.	*	unid.	78	77,08	6.012,53

	VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA PARA O GRUPO 01						295.649,57
Diagnóstico Veterinário por Imagem							
GRUPO	ITEM	PROCEDIMENTO/EXAME	CATSER	PADRÃO DE UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
	170	Anestesia - geral inalatória (unidade) - diagnóstico por imagem quando não previsto.	*	unid.	3	521,11	1.563,33
	171	Anestesia - geral injetável - diagnóstico por imagem, quando não previsto.	*	unid.	3	333,80	1.001,40
	172	Anestesia - sedação - diagnóstico por imagem, quando não previsto.	*	unid.	3	168,57	505,71
	173	Cistocentese guiada por ultrassonografia.	*	unid.	1	135,00	135,00
	174	Endoscopia / colonoscopia em cão de grande porte com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	986,67	986,67
	175	Endoscopia para retirada de corpo estranho, com anestesia inalatória.	*	unid.	1	980,00	980,00
	176	Radiografia adicional em cão de grande porte.	*	unid.	20	46,00	920,00
	177	Radiografia de displasia coxofemoral em cão de grande porte, com anestesia e laudo.	*	unid.	30	255,67	7.670,00
	178	Radiografia de displasia de cotovelo em cão de grande porte, com anestesia e laudo.	*	unid.	30	267,50	8.025,00
	179	Radiografia simples em cão de grande porte, com laudo (uma projeção).	*	unid.	40	152,71	6.108,36
	180	Radiografia Trânsito gastro-intestinal em cão de grande porte (4 radiografias e contraste).	*	unid.	5	635,00	3.175,00
	181	Radiografia TTA com anestesia primeiro joelho.	*	unid.	6	286,00	1.716,00
	182	Radiografia TTA com anestesia segundo joelho.	*	unid.	6	121,00	726,00
	183	Rinoscopia.	*	unid.	1	926,67	926,67

184	Tomografia computadorizada de abdome em cão de grande porte, com contraste, laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.504,58	1.504,58
185	Tomografia computadorizada de abdome em cão de grande porte, sem contraste, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.657,78	1.657,78
186	Tomografia computadorizada de coluna cervical em cão de grande porte, com contraste, laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.518,33	1.518,33
187	Tomografia computadorizada de coluna cervical em cão de grande porte, sem contraste, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.449,58	1.449,58
188	Tomografia computadorizada de coluna lombar em cão de grande porte, com contraste, laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.518,33	1.518,33
189	Tomografia computadorizada de coluna lombar em cão de grande porte, sem contraste, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.449,58	1.449,58
190	Tomografia computadorizada de coluna torácica em cão de grande porte, com contraste, laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.518,33	1.518,33
191	Tomografia computadorizada de coluna torácica em cão de grande porte, sem contraste, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.449,58	1.449,58
192	Tomografia computadorizada de crânio em cão de grande porte, com contraste, laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.449,58	1.449,58
193	Tomografia computadorizada de crânio em cão de grande porte, sem contraste, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.657,78	1.657,78
194	Tomografia computadorizada de ouvido em cão de grande porte, com contraste, laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.449,58	1.449,58
195	Tomografia computadorizada de ouvido em cão de grande porte, sem contraste, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.657,78	1.657,78
196	Tomografia computadorizada de tórax em cão de grande porte, com contraste, laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.504,58	1.504,58
197	Tomografia computadorizada de tórax em cão de grande porte, sem contraste, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	1	1.657,78	1.657,78

198	Tomografia de cotovelo em cão de grande porte, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	2	1.449,58	2.899,17
199	Tomografia de membro pélvico em cão de grande porte, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	2	1.449,58	2.899,17
200	Tomografia de membro torácico em cão de grande porte, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	2	1.449,58	2.899,17
201	Tomografia de quadril em cão de grande porte, com laudo e anestesia inalatória.	*	unid.	2	1.449,58	2.899,17
202	Traqueobroncoscopia.	*	unid.	1	890,00	890,00
203	Ultrassonografia abdominal e pélvica em cão de grande porte com laudo.	*	unid.	6	197,28	1.183,67
204	Vídeo otoscopia.	*	unid.	1	950,00	950,00
VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA PARA O GRUPO 02						70.502,64

Ortopedia Veterinária

GRUPO	ITEM	PROCEDIMENTO/EXAME	CATSER	PADRAO DE UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
GRUPO 03	205	Amputação de falange.	*	unid.	1	698,33	698,33
	206	Amputação de membro locomotor de canino grande (alta).	*	unid.	1	1.916,67	1.916,67
	207	Amputação de membro locomotor de canino grande (baixa).	*	unid.	1	1.775,00	1.775,00
	208	Anestesia - epidural - procedimentos ortopédicos.	*	unid.	3	310,00	930,00
	209	Anestesia - geral inalatória (unidade) - procedimentos ortopédicos.	*	unid.	5	521,11	2.605,56
	210	Anestesia - geral injetável - procedimentos ortopédicos.	*	unid.	3	333,80	1.001,40
	211	Anestesia - local infiltrativa - procedimentos ortopédicos.	*	unid.	2	99,17	198,34

212	Anestesia - bloqueio anestésico - procedimentos ortopédicos.	*	unid.	2	140,95	281,91
213	Anestesia - sedação - procedimentos ortopédicos.	*	unid.	3	168,57	505,71
214	Artrotomia complexa.	*	unid.	1	2.650,00	2.650,00
215	Artrotomia simples.	*	unid.	1	1.000,00	1.000,00
216	Biópsia óssea.	*	unid.	1	900,00	900,00
217	Caudectomia patologia.	*	unid.	1	960,00	960,00
218	Consulta ortopédica.	*	unid.	6	212,00	1.272,00
219	Desvio da crista tibial (correção).	*	unid.	1	2.533,33	2.533,33
220	Espondilectomia parcial (com ou sem disquectomia).	*	unid.	1	2.666,67	2.666,67
221	Fenestração (cervical, dorso lombar, lombar, torácica).	*	unid.	1	2.400,00	2.400,00
222	Fenestração torácica Intratorácica.	*	unid.	1	3.000,00	3.000,00
223	Fixação vertebral com parafuso.	*	unid.	1	2.915,56	2.915,56
224	Fratura de coluna (redução e estabilização).	*	unid.	1	2.600,00	2.600,00
225	Hemilaminectomia.	*	unid.	1	3.983,33	3.983,33
226	Imobilizações ortopédicas com material.	*	unid.	2	383,00	766,00
227	Laminectomia dorsal.	*	unid.	1	3.100,00	3.100,00
228	Ligamento colateral (reconstituição).	*	unid.	1	1.933,33	1.933,33
229	Ligamento cruzado cranial (FÁSCIA LATA).	*	unid.	1	2.025,00	2.025,00
230	Ligamento cruzado cranial (sutura febelo tibial).	*	unid.	1	2.025,00	2.025,00
231	Ligamento cruzado cranial (TTA).	*	unid.	1	1.700,00	1.700,00
232	Meniscectomia.	*	unid.	1	1.950,00	1.950,00

233	Osteossíntese com fixador externo, material incluso.	*	unid.	1	2.200,00	2.200,00
234	Osteossíntese com parafuso, material incluso.	*	unid.	1	2.033,33	2.033,33
235	Osteossíntese com pino intramedular, material incluso.	*	unid.	1	2.150,00	2.150,00
236	Osteossíntese com placa, material incluso.	*	unid.	1	2.033,33	2.033,33
237	Osteossíntese simples.	*	unid.	1	1.741,67	1.741,67
238	Osteossíntese: Rama ou corpo mandibular (placa).	*	unid.	1	1.935,71	1.935,71
239	Osteossíntese: Rama ou corpo mandibular (resina).	*	unid.	1	1.650,00	1.650,00
240	Osteossíntese: Rama ou corpo mandibular (serclagem).	*	unid.	1	1.692,86	1.692,86
241	Osteotomia corretiva.	*	unid.	1	1.500,00	1.500,00
242	Pectinectomia.	*	unid.	1	1.000,00	1.000,00
243	Processo ancôneo (reconstrução).	*	unid.	1	3.500,00	3.500,00
244	Redução de luxação fechada.	*	unid.	1	1.025,00	1.025,00
245	Redução de luxação patelar (grau IV).	*	unid.	1	2.450,00	2.450,00
246	Redução de luxação patelar (graus II e III).	*	unid.	1	2.241,67	2.241,67
247	Retirada de implante externo (por pino).	*	unid.	1	127,50	127,50
248	Retirada de implante interno.	*	unid.	1	600,00	600,00
249	Slot ventral cervical.	*	unid.	1	4.150,00	4.150,00
250	Subluxação atlanto-axial.	*	unid.	1	2.366,67	2.366,67
251	Tenorrafia.	*	unid.	1	1.900,00	1.900,00
252	Tratamento cirúrgico da Displasia Coxofemoral unilateral.	*	unid.	2	2.408,33	4.816,67
VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA PARA O GRUPO 03						91.407,54

Oncologia Veterinária

GRUPO	ITEM	PROCEDIMENTO/EXAME	CATSER	PADRÃO DE UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA	
	253	Anestesia - epidural - procedimentos oncológicos.	*	unid.	3	310,00	930,00	
	254	Anestesia - geral inalatória (unidade) - procedimentos oncológicos.	*	unid.	5	521,11	2.605,56	
	255	Anestesia - geral injetável - procedimentos oncológicos.	*	unid.	3	333,80	1.001,40	
	256	Anestesia - local infiltrativa - procedimentos oncológicos.	*	unid.	2	99,17	198,34	
	257	Anestesia - bloqueio anestésico - procedimentos oncológicos.	*	unid.	2	140,95	281,91	
	258	Anestesia - sedação - procedimentos oncológicos.	*	unid.	2	168,57	337,14	
	259	Coleta de material para biópsia com anestesia inalatória.	*	unid.	2	800,00	1.600,00	
	260	Coleta de material para biopsia com anestesia local e sedação.	*	unid.	2	450,00	900,00	
	261	Consulta oncológica.	*	unid.	4	205,00	820,00	
	262	Exérese de tumor externo complexo.	*	unid.	2	1.462,00	2.924,00	
	263	Exérese de tumor externo simples.	*	unid.	2	783,89	1.567,78	
	264	Exérese de tumor mandibular.	*	unid.	2	1.125,00	2.250,00	
	265	Exérese de tumor maxilar.	*	unid.	2	1.125,00	2.250,00	
	266	Mastectomia total bilateral.	*	unid.	2	2.177,50	4.355,00	
	267	Mastectomia total unilateral.	*	unid.	2	1.780,00	3.560,00	
	268	Sessão de quimioterapia em cão de grande porte com medicação.	*	unid.	10	363,75	3.637,50	
	VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA PARA O GRUPO 04							29.218,62

Odontologia Veterinária

GRUPO	ITEM	PROCEDIMENTO/EXAME	CATSER	PADRÃO DE UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
GRUPO 05	269	Anestesia - geral inalatória (unidade) - procedimentos odontológicos.	*	unid.	5	521,11	2.605,56
	270	Anestesia - geral injetável - procedimentos odontológicos.	*	unid.	3	333,80	1.001,40
	271	Anestesia - local infiltrativa - procedimentos odontológicos.	*	unid.	2	99,17	198,34
	272	Anestesia - bloqueio anestésico - procedimentos odontológicos.	*	unid.	2	140,95	281,91
	273	Anestesia - sedação - procedimentos odontológicos.	*	unid.	2	168,57	337,14
	274	Consulta odontológica.	*	unid.	10	215,00	2.150,00
	275	Dentística restauradora (1 face).	*	unid.	4	165,00	660,00
	276	Extração de dente decíduo.	*	unid.	4	262,50	1.050,00
	277	Extração de dente permanente 1 raiz (canino).	*	unid.	4	406,67	1.626,67
	278	Extração de dente permanente 1 raiz (incisivo).	*	unid.	4	292,86	1.171,43
	279	Extração de dente permanente 3 raizes (molares).	*	unid.	4	379,17	1.516,67
	280	Gengivectomia.	*	unid.	2	600,00	1.200,00
	281	Radiografia odontológica.	*	unid.	4	120,00	480,00
	282	Tratamento endodôntico dente 1 raiz com restauração.	*	unid.	4	620,00	2.480,00
	283	Tratamento endodôntico dente 2 ou 3 raizes com restauração.	*	unid.	4	660,00	2.640,00
	284	Tratamento periodontal complexo.	*	unid.	4	675,71	2.702,86
	285	Tratamento periodontal médio.	*	unid.	12	598,57	7.182,86

	286	Tratamento periodontal simples.	*	unid.	12	520,00	6.240,00
	VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA PARA O GRUPO 05						35.524,82
Oftalmologia Veterinária							
GRUPO	ITEM	PROCEDIMENTO/EXAME	CATSER	PADRÃO DE UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
GRUPO 06	287	Aferição de pressão intraocular.	*	unid.	1	45,00	45,00
	288	Agenesia de margem palpabral.	*	unid.	1	550,00	550,00
	289	Anestesia - geral inalatória (unidade) - procedimentos oftalmológicos.	*	unid.	5	521,11	2.605,56
	290	Anestesia - geral injetável - procedimentos oftalmológicos.	*	unid.	3	333,80	1.001,40
	291	Anestesia - bloqueio anestésico - procedimentos oftalmológicos.	*	unid.	2	140,95	281,91
	292	Anestesia - sedação - procedimentos oftalmológicos.	*	unid.	2	168,57	337,14
	293	Blefarorrafia.	*	unid.	1	700,00	700,00
	294	Calázio - curetagem.	*	unid.	1	430,00	430,00
	295	Catarata - cirurgia.	*	unid.	1	2.700,00	2.700,00
	296	Ceratectomia.	*	unid.	1	1.400,00	1.400,00
	297	Ciclodiatermia (glaucoma).	*	unid.	1	1.940,00	1.940,00
	298	Cirurgia fistulizantes para glaucoma.	*	unid.	1	1.000,00	1.000,00
	299	Cisto dermóide conjuntival.	*	unid.	1	1.250,00	1.250,00
	300	Colocação de válvula em glaucoma.	*	unid.	1	1.800,00	1.800,00
	301	Conjuntivobucostomia.	*	unid.	1	800,00	800,00
	302	Conjuntivorinostomia (dacriocistorrinostomia).	*	unid.	1	800,00	800,00

303	Consulta oftálmica.	*	unid.	4	183,33	733,33
304	Dermóide (Ceratectomia sup. + flap de terceira pálpebra).	*	unid.	1	1.600,00	1.600,00
305	Desobstrução do ducto naso-lacrimonal.	*	unid.	1	516,67	516,67
306	Distríquise / triquíase.	*	unid.	1	1.200,00	1.200,00
307	Eletrorretinografia.	*	unid.	1	520,00	520,00
308	Entrópio/ectrópio bilateral.	*	unid.	1	1.450,00	1.450,00
309	Entrópio/ectrópio unilateral.	*	unid.	1	1.396,67	1.396,67
310	Enucleação globo ocular.	*	unid.	1	1.705,33	1.705,33
311	Epicantotomia.	*	unid.	1	1.250,00	1.250,00
312	Eversão da cartilagem da terceira pálpebra.	*	unid.	1	1.300,00	1.300,00
313	Excisão de neoplasia palpebral grande.	*	unid.	1	1.033,33	1.033,33
314	Excisão de neoplasia palpebral pequena.	*	unid.	1	733,33	733,33
315	Exenteração.	*	unid.	1	800,00	800,00
316	Flap conjuntiva.	*	unid.	1	1.400,00	1.400,00
317	Flap de terceira pálpebra bilateral.	*	unid.	1	1.100,00	1.100,00
318	Flap de terceira pálpebra unilateral.	*	unid.	1	525,00	525,00
319	Fundoscopia.	*	unid.	1	100,00	100,00
320	Gonioscopia.	*	unid.	1	150,00	150,00
321	Iridectomia.	*	unid.	1	1.200,00	1.200,00
322	Laceração corneal com prolapso de íris.	*	unid.	1	1.350,00	1.350,00
323	Laceração corneal.	*	unid.	1	959,50	959,50
324	Laceração margem palpebral - sutura.	*	unid.	1	1.000,00	1.000,00
325	Lavagem câmara anterior.	*	unid.	1	1.000,00	1.000,00

	326	Lente intra-ocular.	*	unid.	1	1.350,00	1.350,00
	327	Luxação do cristalino.	*	unid.	1	1.500,00	1.500,00
	328	Prolapso da glândula da 3ª pálpebra - reposicionamento.	*	unid.	1	1.052,50	1.052,50
	329	Prolapso da glândula da 3ª pálpebra por tumor - excisão.	*	unid.	1	960,00	960,00
	330	Prótese para glaucoma.	*	unid.	1	1.000,00	1.000,00
	331	Recobrimento 360° com conjuntiva bulbar.	*	unid.	1	825,00	825,00
	332	Recobrimento livre com conjuntiva bulbar.	*	unid.	1	825,00	825,00
	333	Recobrimento pediculado com conjuntiva bulbar.	*	unid.	1	1.100,00	1.100,00
	334	Redução protusão do globo ocular.	*	unid.	1	950,00	950,00
	335	Ritidectomia.	*	unid.	1	800,00	800,00
	336	Sutura de córnea.	*	unid.	1	812,13	812,13
	337	Tarsorrafia permanente.	*	unid.	1	450,00	450,00
	338	Teste de fluoresceína.	*	unid.	1	22,50	22,50
	339	Teste lacrimal de Schirmer.	*	unid.	1	26,67	26,67
	340	Transposição conjuntivo escleral.	*	unid.	1	1.050,00	1.050,00
VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA PARA O GRUPO 06							53.387,96
Fisioterapia Veterinária							
GRUPO	ITEM	PROCEDIMENTO/EXAME	CATSER	PADRÃO DE UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
GUPO 07	341	Sessão de acupuntura com materiais.	*	unid.	40	83,33	3.333,33
	342	Sessão de acupuntura com materiais realizadas no SECAN.	*	unid.	30	85,00	2.550,00
	343	Sessão de fisioterapia (duração de 50 minutos).	*	unid.	100	108,00	10.800,00

	VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA PARA O GRUPO 07						16.683,33
Patologia Clínica Veterinária - Laboratorial							
GRUPO	ITEM	PROCEDIMENTO/EXAME	CATSER	PADRÃO DE UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
GRUPO 08	344	Ácido fólico.	*	unid.	1	108,84	108,84
	345	Ácido láctico.	*	unid.	1	37,80	37,80
	346	Ácido úrico.	*	unid.	1	22,49	22,49
	347	Ácidos biliares.	*	unid.	1	429,00	429,00
	348	ACTH hipersensível.	*	unid.	1	120,66	120,66
	349	Adenosina deaminase.	*	unid.	1	60,00	60,00
	350	Adenovírus tipo 1 e 2 - Hepatite canina. (PCR) - cada.	*	unid.	1	273,92	273,92
	351	Albumina.	*	unid.	1	29,24	29,24
	352	Aldosterona.	*	unid.	1	122,00	122,00
	353	ALT/TGP.	*	unid.	40	27,00	1.080,00
	354	Amilase.	*	unid.	1	30,77	30,77
	355	Amônia.	*	unid.	1	61,76	61,76
	356	ANA (Anticorpo Anti-Nuclear).	*	unid.	1	123,96	123,96
	357	Análise de cálculo urinário ou biliar.	*	unid.	1	73,09	73,09
	358	Análise de líquido ascítico, torácico, articular.	*	unid.	1	75,91	75,91
	359	Análise de liquor (LCR).	*	unid.	1	113,90	113,90
360	Anticorpo Anti-tireoglobulina.	*	unid.	1	92,80	92,80	
361	AST/TGO.	*	unid.	12	25,97	311,68	

362	Babesia canis - Sorologia IgG.	*	unid.	1	107,58	107,58
363	Babesia canis - Sorologia IgM.	*	unid.	1	116,98	116,98
364	Bacterioscopia (gram).	*	unid.	1	25,72	25,72
365	Betacaroteno.	*	unid.	1	116,33	116,33
366	Bilirrubina total e frações.	*	unid.	3	47,55	142,64
367	Biópsia.	*	unid.	5	191,19	955,95
368	Botulismo.	*	unid.	1	221,28	221,28
369	Brometo de potássio.	*	unid.	1	542,50	542,50
370	Brucelose canina.	*	unid.	3	88,16	264,48
371	Cálcio iônico.	*	unid.	1	26,17	26,17
372	Cálcio.	*	unid.	1	27,40	27,40
373	Capacidade de combinação de ferro.	*	unid.	1	40,78	40,78
374	CEA (Antígeno Carcinoembrionário).	*	unid.	1	55,18	55,18
375	Cinomose (PCR).	*	unid.	1	242,79	242,79
376	Cinomose IgG.	*	unid.	1	176,02	176,02
377	Cinomose IgM.	*	unid.	1	176,64	176,64
378	Circovírus (PCR).	*	unid.	1	273,92	273,92
379	Citologia patológica.	*	unid.	1	109,90	109,90
380	Citologia vaginal - ciclo estral.	*	unid.	5	65,03	325,16
381	Citologia vaginal - seriada.	*	unid.	5	99,33	496,63
382	CK (creatinaquinase).	*	unid.	1	22,32	22,32
383	Cloro.	*	unid.	1	19,27	19,27
384	Cobre sérico.	*	unid.	1	84,67	84,67

385	Colesterol fracionado.	*	unid.	1	31,22	31,22
386	Colesterol total.	*	unid.	1	31,27	31,27
387	Colinesterase plasmática.	*	unid.	1	33,12	33,12
388	Contagem de reticulócitos.	*	unid.	1	31,31	31,31
389	Coprocultura.	*	unid.	1	89,98	89,98
390	Coronavirus canino sorologia.	*	unid.	1	75,94	75,94
391	Cortisol basal.	*	unid.	1	86,53	86,53
392	Creatinina.	*	unid.	40	27,25	1.089,87
393	Cultura e antibiograma.	*	unid.	1	108,09	108,09
394	Cultura para fungos com antifungigrama.	*	unid.	1	127,06	127,06
395	Cultura para fungos.	*	unid.	1	79,84	79,84
396	Curva glicêmica.	*	unid.	1	177,00	177,00
397	Digoxina.	*	unid.	1	63,55	63,55
398	Dirofilaria immitis.	*	unid.	1	147,85	147,85
399	Doença de Lyme sorologia.	*	unid.	1	146,39	146,39
400	Dosagem fenobarbital.	*	unid.	1	81,95	81,95
401	Enzima Conversora de Angiotensina.	*	unid.	1	85,13	85,13
402	Eritropoetina.	*	unid.	1	271,67	271,67
403	Erlichia + Lyme + Dirofílaría + Anaplasma.	*	unid.	3	163,76	491,27
404	Erlichia IgG.	*	unid.	2	124,02	248,05
405	Erlichia IgM.	*	unid.	2	124,02	248,05
406	Erlichia PCR.	*	unid.	8	259,11	2.072,87
407	Erlichia pesquisa.	*	unid.	2	40,52	81,05

408	Espermograma.	*	unid.	4	110,94	443,77
409	Estradiol.	*	unid.	5	100,23	501,16
410	Exame de fezes - Pesquisa de giárdia (imunocromatográfico).	*	unid.	1	116,67	116,67
411	Exame de fezes - pesquisa de sangue oculto.	*	unid.	1	38,81	38,81
412	Exame de fezes - três amostras.	*	unid.	1	33,92	33,92
413	Exame de fezes (coproparasitológico).	*	unid.	1	37,54	37,54
414	FAN - (Fator Anti-Nuclear).	*	unid.	1	55,56	55,56
415	Fator Reumatóide Canino.	*	unid.	1	33,30	33,30
416	Fenobarbital.	*	unid.	1	73,11	73,11
417	Ferro sérico.	*	unid.	1	37,18	37,18
418	Fibrinogênio.	*	unid.	1	34,47	34,47
419	Fosfatase Ácida.	*	unid.	1	68,67	68,67
420	Fosfatase Alcalina.	*	unid.	40	29,68	1.187,15
421	Fósforo sérico.	*	unid.	1	25,81	25,81
422	Frutosamina.	*	unid.	1	63,77	63,77
423	FSH.	*	unid.	1	40,75	40,75
424	Gastrina.	*	unid.	1	122,00	122,00
425	GGT (gama glutamil transferase).	*	unid.	1	26,79	26,79
426	GH.	*	unid.	1	51,13	51,13
427	Giárida sp (PCR).	*	unid.	5	247,67	1.238,34
428	Glicohemoglobina ou hemoglobina glicosada.	*	unid.	1	32,69	32,69
429	Glicose/glicemia.	*	unid.	1	25,73	25,73
430	Hemocultura.	*	unid.	1	47,98	47,98

431	Hemogasometria completa.	*	unid.	1	134,00	134,00
432	Hemograma completo com pesquisa de hematozoários.	*	unid.	55	68,03	3.741,62
433	Herpes vírus (PCR).	*	unid.	1	357,33	357,33
434	Hiperadrenocorticismo canino (estimulação com ACTH).	*	unid.	1	260,70	260,70
435	Hiperadrenocorticismo canino (supressão com dexametasona).	*	unid.	1	220,32	220,32
436	Imprint.	*	unid.	1	36,06	36,06
437	Imunoglobulina A (IgA).	*	unid.	1	37,21	37,21
438	Imunoglobulina G (IgG).	*	unid.	1	113,61	113,61
439	Imunoglobulina M (IgM).	*	unid.	1	113,61	113,61
440	Insulina.	*	unid.	1	66,46	66,46
441	LDH.	*	unid.	1	32,04	32,04
442	Leishmania (IC+ELISA).	*	unid.	5	122,50	612,50
443	Leishmania citologia (parasitológico).	*	unid.	10	68,57	685,67
444	Leishmania PCR.	*	unid.	5	214,75	1.073,76
445	Leishmaniose (diluição total) RIFI/ELISA.	*	unid.	30	115,97	3.479,04
446	Leptospirose.	*	unid.	1	78,10	78,10
447	LH.	*	unid.	1	67,69	67,69
448	Lipase imunorreativa.	*	unid.	1	112,50	112,50
449	Lipase.	*	unid.	1	34,13	34,13
450	Lipidograma (lipídios totais, colesterol total, colesterol HDL, triglicerídeos).	*	unid.	1	86,40	86,40
451	Magnésio.	*	unid.	1	55,00	55,00

452	Micológico.	*	unid.	1	24,00	24,00
453	Mielograma.	*	unid.	1	84,36	84,36
454	Mycobacterium sp.	*	unid.	1	212,42	212,42
455	Mycoplasma haemocanis (PCR).	*	unid.	1	305,25	305,25
456	Mycoplasma sp.	*	unid.	1	46,81	46,81
457	Necrópsia.	*	unid.	3	653,06	1.959,17
458	Neospora.	*	unid.	1	56,24	56,24
459	Otocultura com antibiograma.	*	unid.	1	84,96	84,96
460	Pacote toxicológico completo (11 itens ou mais).	*	unid.	1	1.267,62	1.267,62
461	Paratormônio (PTH).	*	unid.	1	167,74	167,74
462	Parvovirose - Pesquisa de antígeno viral.	*	unid.	1	64,61	64,61
463	Parvovirose (fezes).	*	unid.	1	70,00	70,00
464	Pesquisa de Campylobacter.	*	unid.	1	49,44	49,44
465	Cryptococcus (PCR).	*	unid.	1	224,88	224,88
466	Pesquisa de cryptosporidium.	*	unid.	1	38,52	38,52
467	Pesquisa de ectoparasitas em secreção otológica.	*	unid.	1	29,52	29,52
468	Pesquisa de ectoparasitas.	*	unid.	1	39,19	39,19
469	Pesquisa de malassezia.	*	unid.	1	32,63	32,63
470	Pesquisa de microfilária - sangue.	*	unid.	1	29,50	29,50
471	Pesquisa de sarnas e fungos + bacterioscopia (gram).	*	unid.	1	30,80	30,80
472	Pesquisa de sarnas e fungos.	*	unid.	1	44,45	44,45
473	Pesquisa de trypanossoma sp (sangue).	*	unid.	1	34,00	34,00

474	Pesquisa e identificação de larvas.	*	unid.	1	42,84	42,84
475	Plasma rico em plaquetas (PRP).	*	unid.	1	850,00	850,00
476	Potássio.	*	unid.	1	30,84	30,84
477	PRO BNP.	*	unid.	1	125,00	125,00
478	Progesterona.	*	unid.	5	83,97	419,83
479	Prolactina.	*	unid.	1	56,97	56,97
480	Proteína C reativa.	*	unid.	1	71,48	71,48
481	Proteínas totais e fração.	*	unid.	5	28,08	140,39
482	PSA TOTAL.	*	unid.	1	46,80	46,80
483	PTH.	*	unid.	1	103,49	103,49
484	Raspado de pele.	*	unid.	5	50,44	252,20
485	Relação cortisol / creatinina urinários.	*	unid.	1	52,63	52,63
486	Relação proteína/creatinina urinárias.	*	unid.	1	36,33	36,33
487	Salmonella sp.	*	unid.	1	282,00	282,00
488	Selênio sérico.	*	unid.	1	41,79	41,79
489	Sódio.	*	unid.	1	30,97	30,97
490	T3.	*	unid.	3	81,08	243,25
491	T4 livre.	*	unid.	3	79,75	239,25
492	T4 total.	*	unid.	3	81,97	245,91
493	Teste alérgico - Hipossensibilização.	*	unid.	1	932,00	932,00
494	Teste alérgico - Pannel de 24 Alérgenos.	*	unid.	1	503,28	503,28
495	Teste de coombs.	*	unid.	1	198,10	198,10
496	Teste de reação cruzada - transfusão.	*	unid.	1	190,53	190,53

497	Testosterona.	*	unid.	3	85,81	257,44
498	Tipagem sanguínea.	*	unid.	5	169,10	845,48
499	Toxicológico para dicumarínicos.	*	unid.	1	468,47	468,47
500	Toxicológico para organofosforados.	*	unid.	1	750,97	750,97
501	Toxoplasma gondii (PCR).	*	unid.	1	292,75	292,75
502	Toxoplasmose.	*	unid.	1	78,09	78,09
503	Transferrina.	*	unid.	1	24,82	24,82
504	Triglicerídes.	*	unid.	1	26,96	26,96
505	Tripsinogênio.	*	unid.	1	112,00	112,00
506	Troponina canina.	*	unid.	1	232,00	232,00
507	TSH.	*	unid.	1	87,98	87,98
508	Uréia.	*	unid.	40	27,87	1.114,85
509	Urinálise completa (EAS - químico, físico, sedimentos).	*	unid.	6	49,77	298,62
510	Urocultura com antibiograma.	*	unid.	3	67,38	202,13
511	Vitamina A.	*	unid.	1	165,88	165,88
512	Vitamina B12.	*	unid.	1	57,42	57,42
513	Vitamina C.	*	unid.	1	154,29	154,29
514	Vitamina D3	*	unid.	1	104,00	104,00
515	Vitamina E.	*	unid.	1	66,46	66,46
516	Zinco.	*	unid.	1	77,33	77,33
VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA PARA O GRUPO 08						44.821,07

VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA

637.195,55

(*) O Código CATSER será definido pelo Serviços de Compras da PF (SECOM/DICON/COAD/DLOG/PF).

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na Tabela A acima.
- 1.3.1. Para definição dos quantitativos a serem contratados foram consideradas a demanda utilizada nos últimos anos, a demanda relativa aos procedimentos profiláticos em função da média do número de cães sitiados em Brasília, assim como, a demanda relativa à estimativa mínima de 01 (um) quantitativo por procedimento, para os serviços eventuais, considerados possíveis de serem utilizados ao longo da execução do contrato, porém, com pequena probabilidade, estimados pela Área de Veterinária do SECAN;
- 1.3.2. O intervalo do número de cães sitiados no SECAN nos últimos 2 (dois) anos, tem variado entre 30 (trinta) a 39 (trinta e nove) animais, estando atualmente com um plantel de 30 (trinta) cães lotados em Brasília, conforme Relação Atual de Cães anexa, SEI nº 9568938;
- 1.3.3. Para efeito de cálculo de demanda dos procedimentos profiláticos foram consideradas ainda as seguintes ponderações:
- 1.3.3.1. A média de 30 (trinta) animais adultos e uma previsão de 03 (três) novas ninhadas, resultantes do programa de reprodução de cães, com uma média de 08 (oito) filhotes cada, conforme característica das raças trabalhadas, conforme pode ser observado na Memória de Cálculo anexa, SEI nº 9568999;
- 1.3.3.2. A necessidade da aplicação de múltiplas doses de vacina nos casos de primo-vacinação;
- 1.3.3.3. A necessidade de realização de exames médicos anuais obrigatórios e uma estimativa de exames pré-operatórios e eventuais quadros clínicos patológicos;
- 1.3.3.4. A necessidade de realização de hemograma completo com pesquisa de hematozoários para avaliação do estado clínico de animais doentes;
- 1.3.3.5. A necessidade de realização de exames pré-vacinais para leishmaniose visceral;
- 1.3.3.6. O histórico de utilização dos serviços utilizados ao longo dos últimos 05 (cinco) anos por intermédio do Contrato nº 03/2014-COAD/DLOG, atualmente vigente, levantado na Planilha Histórico de Utilização anexa, SEI nº 9569027;
- 1.3.4. Com base nos levantamentos mencionados chegou-se aos quantitativos estimados na Planilha Geral de Serviços e Quantitativos anexa, SEI nº 11287413;
- 1.3.5. Os quantitativos acima, porém, são meramente estimativos, tendo em vista que a natureza dos serviços a serem contratados impede a definição exata dos quantitativos a serem prestados, em função da imprevisibilidade da demanda.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Execução por Tarefa;
- 1.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;
- 1.6. Para os grupos 02, 04, 05, 06, 07 e 08 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópicos específicos dos Estudos Preliminares em seus itens 1 e 3, SEI nº 9568880 apêndice desse Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de Serviços Médicos Veterinários para suprimento da demanda de manutenção da saúde dos cães de trabalho da Polícia Federal, mediante procedimento licitatório para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento dos serviços pretendidos de forma contínua, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas especificações e condições descritas abaixo:
- 3.1.1. O objeto foi dividido em 08 (oito) Grupos de itens em função da inter-relação entre -admitida a contratação de empresas diferentes por Grupo, aumentando assim a competitividade;
- 3.1.2. Os serviços serão de inteira responsabilidade da Contratada, sendo admitida a subcontratação até o limite de 30% (trinta) do valor total do contrato, com o conhecimento prévio e aprovação por parte da Fiscalização, sempre que se faça necessária a realização de algum procedimento ou exame que a Contratada não dispuser de meios próprios ou profissional especializado para realização;

3.1.3. A subcontratação não prejudicará a responsabilidade legal e contratual da Contratada;

3.1.4. A empresa responsável pela subcontratação, assim como, seus profissionais contratados, deverão apresentar a mesma qualificação técnica exigida à Contratada.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

5.1.1.1. As empresas a serem contratadas deverão comprovar suas qualificações técnicas e operacionais por meio da apresentação dos seguintes documentos:

5.1.1.1.1. Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária da Contratada e de seus responsáveis técnicos, assim como, dos profissionais graduados contratados;

5.1.1.1.2. Alvará de Funcionamento ou Licença Sanitária, emitido pela Vigilância Sanitária.

5.1.1.2. As empresas a serem contratadas deverão ainda estar em conformidade com a Resolução nº 1.015 do Conselho Federal de Medicina Veterinária, de 09 de novembro de 2012, notadamente no que se refere à clínica veterinária com internação ou hospital, devendo possuir no setor de internamento, quando houver, um local de isolamento para doenças infectocontagiosas, nos casos de participação nos Grupos 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07;

5.1.1.2.1. Para comprovação da conformidade com o subitem anterior, antes da assinatura do Contrato, as possíveis Contratadas para fornecimento dos serviços elencados nos Grupos 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 serão vistoriadas por junta composta de 02 (dois) servidores a ser designada pela Chefia do SECAN, os quais emitirão Termo de Vistoria aprovando ou desaprovando, mediante justificativa;

5.1.1.3. A empresa a ser contratada deverá ainda estar localizada num raio máximo de 16 km (dezesesseis quilômetros) da sede do SECAN, garantindo assim um menor custo de deslocamento por parte do Órgão e uma melhor logística e agilidade no atendimento, notadamente nos casos emergenciais.

5.1.2. Serviço continuado ou não:

5.1.2.1. De acordo com a Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional;

5.1.2.2. Considerando as peculiaridades dos serviços a serem contratados, os serviços serão contratados de forma contínua, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que os serviços serão prestados preferencialmente nas dependências da Contratada, podendo a Contratada compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para execução simultânea de outros contratos.

5.1.3. Critérios e práticas de sustentabilidade:

5.1.3.1. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

5.1.3.2. Os serviços a serem executados deverão ainda obedecer a todas as normas existentes atinentes ao objeto do Contrato, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas:

a) Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

- b) Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 - que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- c) Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
- 5.1.4. Duração inicial do contrato
- 5.1.4.1. O prazo de vigência do pretenso Contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do Contrato;
- 5.1.4.2. Por tratar-se de serviços essenciais para o desempenho das atividades institucionais da Polícia Federal, o Contrato poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, observados os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:
- 5.1.4.2.1. Se os serviços tiverem sido prestados regularmente;
- 5.1.4.2.2. Se a Administração mantiver interesse na realização do serviço;
- 5.1.4.2.3. Se o valor do Contrato permanecer economicamente vantajoso para a Administração;
- 5.1.4.2.4. Se a Contratada manifestar expressamente interesse na prorrogação.
- 5.1.5. Necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas
- 5.1.5.1. Não será necessária a realização de transição contratual por parte da Contratada atual quando do encerramento do Contrato, uma vez que todos os dados clínicos referentes aos cães, que poderão vir a serem úteis à execução do novo contrato, encontram-se armazenados na Área de Veterinária do SECAN.
- 5.1.6. Quadro com soluções de mercado
- 5.1.6.1. Os serviços a serem contratados são atividades complementares à área de atuação da PF, não dispondo o Serviço de Canil Central (SECAN) de recursos humanos, equipamentos e de estrutura física adequadas para o atendimento da demanda;
- 5.1.6.2. A solução de mercado prevista na legislação vigente para atendimento da demanda pretendida é a contratação de empresa especializada em fornecimento dos serviços para realização das tarefas demandadas;
- 5.1.6.3. Observa-se que a contratação de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão é uma prática de mercado utilizada tanto pela PF, assim como, por toda a Administração Pública, conforme pode ser observado em levantamento consolidado em quadro abaixo:

QUADRO LEVANTAMENTO SOLUÇÕES DE MERCADO		
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	CONTRATANTE	CONTRATADA
DL 76/2018 SALV/BA	Base Aérea de Salvador/BA	Universidade Federal da Bahia
DL 03/2018 CMD 1ª DIV EB	Comando da 1ª Divisão do Exército/RJ	Clínica Veterinária Copacabana
DL 09/2018 SR/PF/MT	Superintendência Regional da Polícia Federal em MT	Pelos e Patas Assistência Veterinária Ltda
DL 02/2018 SR/PF/MT	Superintendência Regional da Polícia Federal em MT	Pelos e Patas Assistência Veterinária Ltda
PE 04/2018 SR/PF/SC	Superintendência Regional da Polícia Federal em SC	Centro Veterinário Xavier e Trombini Ltda
PE 12/2017 PF/FOZ/PR	Delegacia da Polícia Federal em Foz do	Petbrasil Clínica Veterinária Ltda

	Iguaçu	
PE 12/2017 DPF/FOZ/PR GUAÍRA	Delegacia da Polícia Federal em Foz do Guaira	Clínica Veterinária Rodrigues & Gomes Ltda
PE 01/2018 SR/PF/RJ	Superintendência Regional da Polícia Federal no RJ	Clínica Veterinária Copacabana
PE 02/2018 ALFANDEGA PF/SC/ITAJAÍ	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Itajaí/SC	Petbrasil Clínica Veterinária Ltda
PE 14/2018 SR/PRF/BA	10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Fede ral	Nuria Brito Lima Eireli
PE 12/2018 INST FED CATAR.	Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú	Life Centro Veterinário LTDA
PE 21/2018 INST FED CATAR.	Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú	Instituto Federal de Educação, Ciencia e Tecnologia Ca tarinense Campus Camboriú
PE 07/2018 SR/DPF/MS (cancelado)	Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul	R. B. de Melo & Cia Ltda

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

5.2.1.1. Para participação do certame as empresas licitantes deverão emitir e apresentar Declaração de que conhecem as condições locais para execução do objeto ou que realizaram vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso optem por não realiza-la, de que têm pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assumem total responsabilidade por este fato e que não utilizarão deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI do Edital.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR nos seus itens 11 e 12.

6. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

- 6.1. Não será exigida vistoria, por entender-se que as informações contidas neste Termo de Referência são suficientes para a elaboração da proposta;
- 6.2. A despeito de não existir tal exigência, estará franqueada aos interessados a vistoria ao local de prestação dos serviços para aqueles que assim o desejarem;
- 6.3. Caso haja interesse dos licitantes na realização da vistoria, a mesma deverá ser acompanhada por servidor do SECAN, designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2024 9215;
- 6.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;
- 6.4.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.5. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta;
- 6.6. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

6.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. Os serviços serão requisitados pela Fiscalização por Ordem de Serviço, excetuando os casos emergenciais que poderão ser requisitados por outros servidores do SECAN;
- 7.1.2. Os procedimentos considerados regulares serão requisitados preferencialmente entre o horário das 08:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, podendo, em casos emergenciais, serem requisitados serviços a qualquer hora e em qualquer dia da semana;
- 7.1.3. Os serviços serão prestados, prioritariamente, nas instalações da empresa contratada, ou ainda, no caso de subcontratação, em outros estabelecimentos de Brasília, com o conhecimento prévio e autorização por parte da Fiscalização, podendo eventualmente ser requisitado o atendimento na sede do SECAN, localizado no SPO, Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF, em função de alguma necessidade eventual específica, sem ônus adicional para o Contratante;
- 7.1.4. Os cães serão levados pelo Contratante até o estabelecimento onde será realizado o procedimento, podendo eventualmente, em casos de necessidade, ser solicitada coleta do animal na sede do SECAN;
- 7.1.5. A execução dos serviços será fiscalizada por servidor da PF ou seu substituto, lotados no SECAN, devidamente indicados pela Chefia e designados em portaria específica;
- 7.1.6. Todos os procedimentos e laudos deverão ser realizados por profissional especializado, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, e nos casos em que a Contratada não dispuser de profissional qualificado, deverá ser realizado o encaminhamento a um especialista, com o conhecimento prévio e aprovação por parte da Fiscalização e a expensas da Contratada;
- 7.1.7. Os procedimentos profiláticos deverão seguir um cronograma a ser definido pela Área de Veterinária do SECAN, de acordo com a variação da demanda observada, visando sempre à manutenção e prevenção da saúde dos cães e ao cumprimento das obrigações definidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.8. As vacinas deverão ser originárias de laboratórios que comercializem exclusivamente para clínicas, consultórios e hospitais veterinários (vacinas éticas), não sendo admitidas vacinas comerciais;
- 7.1.9. Os procedimentos considerados emergenciais pela Área de Veterinária do SECAN deverão ter pronto atendimento e prioridade no atendimento sobre outros casos não emergenciais;
- 7.1.10. Na realização dos procedimentos cirúrgicos e internações deverão ser observadas as seguintes orientações:
- 7.1.10.1. Em todo animal que for submetido a procedimento cirúrgico e anestésico deverão ser realizados os seguintes exames preparatórios: hemograma completo, FA, TGP (ALT), uréia e creatinina, ECG (em animais acima de 05 anos), além de quaisquer outros que sejam considerados necessários;
- 7.1.10.2. Os procedimentos cirúrgicos poderão ser acompanhados pela Área de Veterinária do SECAN e deverão ser realizados por uma equipe mínima formada por um cirurgião, um auxiliar e um anestesista, todos médicos veterinários graduados, especializados em sua respectiva área;
- 7.1.10.3. O cirurgião deverá explicar previamente a Área de Veterinária do SECAN a técnica a ser realizada no procedimento cirúrgico;
- 7.1.10.4. Em procedimentos anestésicos deverá ser priorizado o uso da anestesia inalatória, salvo os casos em que outros protocolos apresentem maior viabilidade, definidos pela Área de Veterinária do SECAN;
- 7.1.10.5. Os animais submetidos a procedimento anestésico deverão ser entubados, salvos os casos em que for verificada a inviabilidade;
- 7.1.10.6. O anestesista deverá estar presente durante toda a duração do procedimento, da indução anestésica ao retorno do paciente;
- 7.1.10.7. Após o procedimento anestésico deverá ser entregue à Área de Veterinária do SECAN o protocolo anestésico, com todas as informações referentes à medicação utilizada, assim como, com a evolução do animal durante a realização do procedimento;
- 7.1.10.8. Deverá ser entregue ao responsável pela retirada do animal, durante a alta, cópia do prontuário contendo todas as medicações e intercorrências do procedimento;
- 7.1.10.9. Antes de iniciado o procedimento anestésico, o profissional responsável deverá ter as drogas de emergência em fácil acesso, com suas respectivas doses calculadas;
- 7.1.11. Todos os exames realizados deverão ficar em posse da Área de Veterinária do SECAN nos prontuários individuais dos cães;

7.1.12. Deverão ser emitidos relatórios mensais com os procedimentos realizados, assim como com os medicamentos utilizados;

7.1.13. Os animais internados somente poderão ser medicados e sujeitos à coleta de materiais para exames laboratoriais por profissional graduado em medicina veterinária.

7.2. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato e emissão da primeira Ordem de Serviço, em função das demandas relativas aos procedimentos profiláticos e eventuais, ligados a manutenção da saúde dos animais de trabalho da PF.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. Considerando as peculiaridades do Contrato, cuja demanda depende da ocorrência ou não de fatores que ensejem a necessidade de atendimento, a remuneração da Contratada se dará de acordo com a demanda utilizada, sob o regime de execução por tarefa;

8.2. Os procedimentos considerados profiláticos serão executados de acordo com um cronograma estimado pela Área de Veterinária do SECAN;

8.3. Os demais procedimentos serão prestados de acordo com as necessidades individuais de cada animal;

8.4. Os serviços serão executados mediante requisição denominada “Ordem de Serviço”, conforme modelo em anexo, SEI nº 9584466, emitida por servidor devidamente designado pela chefia do SECAN ou pelo serviço de Plantão do SECAN, entregue em mãos, podendo, em casos excepcionais de urgência, as solicitações serem realizadas via telefone ou qualquer outro meio de comunicação hábil, sendo posteriormente apresentadas e incluídas no processo;

8.5. A Contratada deverá apresentar o faturamento mensal considerando os serviços realizados no mês anterior, quando houverem, acompanhado das cópias das ordens de serviço e da relação de procedimentos executados com seus respectivos valores e quantitativos, para conferência e atesto da fiscalização;

8.6. Os valores unitários a serem considerados no faturamento serão os valores definidos na Proposta final apresentada pela empresa contratada durante o procedimento licitatório.

9. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para execução dos serviços não se faz necessário o fornecimento de material de consumo em favor da Administração;

9.2. No entanto, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução de todos os procedimentos previstos na Planilha de Serviços constantes da Tabela A deste Termo, serão disponibilizados pela Contratada, quando da realização dos serviços, prioritariamente em suas instalações e, eventualmente, nas instalações do SECAN.

10. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Da Localidade da Contratante e da Contratada

10.1.1.1. A empresa a ser contratada deverá estar localizada num raio de no máximo 16 km da sede do SECAN, garantindo assim um menor custo de deslocamento por parte do Órgão e uma melhor logística e agilidade no atendimento, notadamente nos casos emergenciais;

10.1.1.2. O SECAN encontra-se localizado no SPO, Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF.

10.1.2. Da Vigência

10.1.2.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do Contrato.

10.1.3. Da Proposta e Julgamento da Proposta

10.1.3.1. As propostas deverão ser apresentadas de acordo com a Planilha de Serviços e Quantitativos anexa, SEI nº 11287413, reproduzida na Tabela A, constante do subitem 1.1 deste Termo;

10.1.3.2. As empresas licitantes poderão apresentar propostas para quantos Grupos forem do seu interesse, sendo admitida a contratação de empresas diferentes por Grupo;

10.1.3.3. No julgamento das propostas será adotado o critério de menor valor por Grupo, não sendo admitido que os valores unitários dos itens ultrapassem os valores unitários máximos estimados na Tabela A supramencionada;

10.1.3.4. Será considerada vencedora a licitante que apresentar proposta com menor preço global, não sendo aceito valor superior ao valor máximo de referência definido no item 01 deste instrumento.

10.1.4. Do Valor Contratual Estimado

- 10.1.4.1. Após realizada pesquisa de mercado foi elaborado o Mapa Comparativo de Preços anexo, SEI nº 11287591, chegando-se aos valores unitários máximos de referência, bem como, aos valores totais máximos de referência por Grupo, constantes da Planilha Geral de Serviços e Quantitativos anexa, SEI nº 11287413;
- 10.1.4.2. Os valores unitários totais de referência dos itens, no entanto, são meramente estimativos, tendo em vista que a natureza dos serviços a serem contratados impede a definição exata dos quantitativos a serem prestados, em função da imprevisibilidade da demanda, podendo os valores totais de cada item ultrapassarem os valores estimados na planilha supramencionada, desde que não sejam ultrapassados os valores totais dos contratos;
- 10.1.4.3. Dessa forma chegou-se a estimativa do valor máximo total a ser gasto com a pretensa contratação de **R\$ 637.195,55 (seiscentos e trinta e sete mil, cento e noventa cinco reais e cinquenta e cinco centavos)**.
- 10.1.5. Das Características dos Cães da PF
- 10.1.5.1. Atualmente todos os cães da PF são animais de grande porte, com peso variando entre 20 (vinte) kg e 40 (quarenta) kg, com exceção de cães filhotes.
- 10.1.6. Das Características Gerais do Contrato
- 10.1.6.1. Os serviços deverão atender as normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária, assim como, dos demais órgãos regulamentares;
- 10.1.6.2. Os serviços serão requisitados pela Fiscalização por Ordem de Serviço, excetuando os casos emergenciais que poderão ser requisitados por outros servidores do SECAN;
- 10.1.6.3. Os procedimentos considerados regulares serão requisitados preferencialmente entre o horário das 08:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, podendo, em casos emergenciais, serem requisitados serviços a qualquer hora e em qualquer dia da semana;
- 10.1.6.4. Em função do cumprimento do subitem anterior a Contratada deverá disponibilizar um serviço de plantão de 24h (vinte e quatro horas) durante todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos, feriados e pontos facultativos;
- 10.1.6.5. Os serviços serão prestados, prioritariamente, nas instalações da empresa contratada, ou ainda, no caso de subcontratação, em outros estabelecimentos de Brasília, com o conhecimento prévio e autorização por parte da Fiscalização, podendo eventualmente ser requisitado o atendimento na sede do SECAN, localizado no SPO, Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF, em função de alguma necessidade eventual específica, sem ônus adicional para o Contratante;
- 10.1.6.6. Para realização dos serviços os cães serão levados pelo Contratante até o estabelecimento onde será realizado o procedimento, podendo eventualmente, em casos de necessidade, ser solicitada coleta do animal na sede do SECAN.
11. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas, quando for o caso;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006;

12.24. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Órgão ou Entidade Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

12.25. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

13.3. A subcontratação não prejudicará a responsabilidade legal e contratual da Contratada;

13.4. A empresa responsável pela subcontratação, assim como, seus profissionais contratados, deverão apresentar a mesma qualificação técnica exigida à Contratada;

13.5. A subcontratação de que trata este item poderá ocorrer ao longo da execução do contrato apenas para os procedimentos autorizados pela Fiscalização, os quais a Contratada não possua estrutura adequada ou profissional devidamente habilitado para realização;

13.6. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

13.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

13.8. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentual mínimo de 1% e máximo de 30%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

13.8.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

13.8.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

13.8.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Órgão ou Entidade Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

13.8.4. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

13.8.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

13.8.4.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no [art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993](#); e

13.8.4.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

13.9. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios;

13.10. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

15.9. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.9.1. Solicitar os serviços mediante Ordens de Serviço;

- 15.9.2. Acompanhar a execução dos serviços, notadamente dos serviços considerados de alta complexidade;
 - 15.9.3. Receber e arquivar todos os exames e laudos em pastas individualizadas para cada animal;
 - 15.9.4. Elaborar o cronograma e acompanhar a execução dos procedimentos considerados profiláticos;
 - 15.9.5. Conferir a relação dos procedimentos executados e faturados e atestar as notas fiscais.
- 15.10. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;
- 15.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo;
- 16.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;
- 16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- 16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 16.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;
- 16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do Órgão Contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

17.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante;

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

17.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do Órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. DO REAJUSTE

- 18.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
- 18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- 18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/201;

19.3.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.3.1.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.3.1.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.3.1.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

19.3.1.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

19.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

19.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;

19.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

19.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

19.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

19.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo a ser definido no Contrato pelo setor competente, contados da data em que for notificada;

19.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

19.11. Será considerada extinta a garantia:

19.11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.11.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;

19.13. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. **Multa de:**
- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;
- 20.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente**, pelo prazo de até dois anos;
- 20.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo a ser definido no Contrato pelo setor competente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a

participação de agente público;

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital;

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital;

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. As empresas a serem contratadas deverão comprovar suas qualificações técnicas e operacionais por meio da apresentação dos seguintes documentos:

21.3.1.1. Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária da Contratada e de seus responsáveis técnicos, assim como, dos profissionais graduados contratados;

21.3.1.2. Alvará de Funcionamento ou Licença Sanitária, emitido pela Vigilância Sanitária.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: os valores totais por Grupo não poderão exceder os valores totais máximos de referência discriminados abaixo:

21.4.1.1. **R\$ 295.649,57** (duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) para o **Grupo 01**;

21.4.1.2. **R\$ 70.502,64** (setenta mil, quinhentos e dois reais e sessenta e quatro centavos) para o **Grupo 02**;

21.4.1.3. **R\$ 91.407,54** (noventa e um mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e quatro centavos) para o **Grupo 03**;

21.4.1.4. **R\$ 29.218,62** (vinte e nove mil, duzentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos) para o **Grupo 04**;

21.4.1.5. **R\$ 35.524,82** (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos) para o **Grupo 05**;

21.4.1.6. **R\$ 53.387,96** (cinquenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos) para o **Grupo 06**;

21.4.1.7. **R\$ 16.683,33** (dezesseis mil, seiscentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) para o **Grupo 07**;

21.4.1.8. **R\$ 44.821,07** (quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte um reais e sete centavos) para o **Grupo 08**.

21.4.2. Valores unitários: os valores unitários das propostas não poderão exceder os valores unitários máximos de referência discriminados na planilha de composição de preços (Planilha de Serviços e Quantitativos), SEI nº 11287413, anexa ao Edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global;

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

22. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo, constante da Tabela A, subitem 1.1;

22.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preços realizada de acordo com as orientações da Instrução Normativa SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014 e suas alterações;

22.3. A pesquisa realizada utilizou inicialmente os parâmetros I e II da referida IN e foi complementada com a utilização do parâmetro IV, conforme pode ser observado em pesquisa anexa, SEI nº 9569062;

22.4. A utilização do parâmetro IV deu-se em função da dificuldade de obtenção de todos os preços unitários em contratações individuais por intermédios dos parâmetros I e II, tendo em vista que a contratação pretendida abrange uma quantidade de serviços unitários que gerou uma planilha com 516 (quinhentos e dezesseis) itens, distribuídos em 08 (oito) grupos específicos;

22.5. A distribuição em grupos de itens visou uma maior competitividade ao certame, bem como, viabilizar a contratação de empresas especializadas em determinados grupos de serviços, podendo ser contratadas até 08 (oito) empresas distintas;

22.6. Para obtenção dos valores unitários máximos de referência foi calculada a média dos valores unitários obtidos, tendo sido desconsiderados os preços considerados inexequíveis e os excessivamente elevados, conforme pode ser observado no Mapa Comparativo de Preços anexo, SEI nº 11287591.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. A dotação orçamentária da contratação será definida no Edital pelo setor competente.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O presente instrumento é baseado nos Estudos Preliminares, documento SEI nº 9568880, realizado pela Equipe de Planejamento designada através do documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação, documento SEI nº 9506627.

25. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Servidor(a)	Matrícula PF	Lotação
Lilith Lorian Cruz	12.646	SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF
Wagner Jin	8.340	SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF
Magda Martins Magalhães	13.384	SECOM/COAD/DLOG/PF



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO AZEM, Chefe de Serviço**, em 13/06/2019, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11370832** e o código CRC **8688F7AC**.